

ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DA TEMÁTICA ÉTNICO – RACIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: IMPACTO DA LEI Nº 10.639/03

Matheus do Nascimento Batista (1); Adriana Inês de Paula (4)

(1) *Universidade Federal do Paraná. batistanmatheus@gmail.com*

(4) *Universidade Federal do Paraná. dripaula9@hotmail.com*

INTRODUÇÃO

As diferenças físicas e culturais sempre estiveram presentes na história da humanidade, porém elas serviram para rotular e para rebaixar as pessoas (SOARES, 2015). Do mesmo modo, a história do Brasil preservou mitos raciais oriundos da escravização que permitiram à elite defender a separação econômica, racial e cultural de todos os grupos étnicos (SOARES, 2015). O processo de exploração do trabalho dos escravizados trouxe para o Brasil pretos e pretas de várias regiões da África e, com estes sujeitos, a diversidade cultural (BINS, 2014). Durante o período da escravização, que durou aproximadamente 300 anos, as pessoas de origem africana foram proibidas de exercer suas respectivas culturas e obrigadas a adotar um estilo de vida conforme as exigências e restrições dos senhores de engenho (SOARES, 2017). Porém, ocultamente, e como resistência, estes sujeitos mantiveram seus costumes, criando as Africanidades. As Africanidades Brasileiras são caracterizadas, então, pelas intervenções de origem africana na cultura brasileira, e que foram anexadas pela sociedade (SOARES, 2015).

Segundo Bins (2014), sabe-se que, como resultado da pressão internacional, a elite brasileira planejou a abolição da escravização. No entanto, sabe-se, também, que este mesmo segmento da sociedade não ofereceu as condições apropriadas para que os ex - escravizados se consolidassem como pessoas livres (BINS, 2014). Desde então os pretos continuam em desvantagem no que diz respeito às oportunidades e o acesso a recursos públicos e privados (SOARES, 2017), já que, ocasionalmente, são entendidos como inferiores a sujeitos brancos (REIS, 2009). O racismo, então, supõe que existem raças superiores às demais, e que esta supremacia proporciona um predomínio histórico, político e financeiro (BRITO; CAETANO; RIBEIRO, 2015). Por outro lado, o entendimento destas informações também pode favorecer a valorização da trajetória, da etnia e da corporeidade dos pretos e das pretas (PAIXÃO, 2009). Em vista disso, como resultado das lutas de movimentos sociais (BINS, 2014), promulgou-se a lei nº 10.639/03 com o objetivo de restaurar os danos causados a africanos e para os seus descendentes no processo de construção da sociedade brasileira e, também, com o intuito reconhecer a relevância destas pessoas para a história do país (CITTA et al., 2015).

Deste modo, a lei nº 10.639/03 é constituída pelos seguintes artigos:

Art. 1º A Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26–A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o capítulo deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2003).

A Educação Física, em especial, pode propiciar o conhecimento de inúmeras práticas corporais originárias de diversas manifestações culturais, inclusive da cultura de africanos e de afro – brasileiros, já que no contexto escolar esta área mostra-se significativa para os alunos e para as alunas (BINS, 2014). Em vista disso, o presente trabalho tem por objetivo avaliar, quantitativamente, as conexões entre a Educação Física e os aspectos étnico-raciais a partir das publicações de revistas acadêmicas nacionais da área e, também, os impactos da lei nº 10.639/03 nestes estudos.

METODOLOGIA

Para a construção do presente trabalho examinou-se, exclusivamente, os estudos divulgados em determinados periódicos nacionais de classificação A2 e B1. Vale destacar que para a avaliação das publicações destas revistas considerou-se, em especial, as oportunidades de acesso às edições, visto que, por vezes, os periódicos não disponibilizaram as condições apropriadas para o estabelecimento de análises minuciosas.

Deste modo, avaliou-se os trabalhos expostos em quatro revistas: na Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, da Universidade de São Paulo (1), na Revista da Educação Física, da Universidade Estadual de Maringá (2), na Revista Motriz, da Universidade Estadual Paulista (3), e na Revista Movimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (4).

Os critérios empregados para as avaliações contemplam a análise de todos os volumes, de todos os números e de todos os estudos publicados nas páginas web de cada uma destas revistas, visto que reconheceu-se, sobretudo, os trabalhos que apresentavam vínculos com aspectos étnico – raciais.

Contudo, examinou-se três mil setecentos e onze (3.711) estudos, que foram sistematizados e avaliados valendo-se do editor de planilhas Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente pretendeu-se examinar, em cada periódico, a quantidade de trabalhos vinculados à temática étnico – racial, publicados anteriormente e, também, após a promulgação da lei nº 10.639/03. Do mesmo modo, pretendeu-se avaliar a quantidade de estudos, conectados a esta temática, já publicados em cada uma destas revistas. Por fim, pretendeu-se analisar de modo conjunto o número de trabalhos, vinculados a aspectos étnico – raciais, encontrados em todos os periódicos examinados.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Por meio da avaliação da página web da Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, e tendo em vista as oportunidades de acesso às edições deste periódico, pôde-se constatar que esta revista apresenta seiscentos e vinte e oito (628) estudos, publicados entre 2004 e 2017, e que estão sistematizados em trinta e um (31) volumes e cinquenta e cinco (55) números.

Todos os trabalhos examinados foram expostos a partir do ano de 2004, ou seja, aproximadamente um ano após a promulgação da lei nº 10.639/03. Deste modo, tornou-se inviável identificar trabalhos, inclusive os conectados a aspectos étnico – raciais, expostos anteriormente à promulgação desta lei. Por outro lado, dos seiscentos e vinte e oito (628) trabalhos divulgados neste periódico, pôde-se identificar sete (7) estudos conectados a esta temática, o que representa 1,11% do número integral das publicações.

REVISTA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Por meio da avaliação da página web da Revista da Educação Física, e tendo em vista as oportunidades de acesso às edições deste periódico, pôde-se constatar que esta revista apresenta novecentos e trinta e cinco (935) estudos, divulgados entre 1989 e 2018, e que estão dispostos em vinte e nove (29) volumes e sessenta e um (61) números.

Deste modo, dos duzentos e vinte e sete (227) trabalhos expostos anteriormente a promulgação da lei nº 10.639/03, seis (6) revelaram-se conectados a aspectos étnico – raciais, simbolizando, então, 2,64% das produções examinadas neste período. De outra perspectiva, tendo em vista o número estudos divulgados após a promulgação da lei nº 10.639/03, notou-se que, dos setecentos e oito (708) trabalhos expostos, quatro (4) apresentaram vínculos com aspectos étnico – raciais, significando, então, 0,56% dos estudos avaliados neste intervalo de tempo. Apesar do crescimento do número de trabalhos expostos após a promulgação da lei nº 10.639/03, notou-se, também, um declínio na divulgação de estudos conectados a temática étnico - racial. Contudo, dos novecentos e trinta e cinco (935) estudos já divulgados neste periódico, pôde-se identificar dez (10) trabalhos conectados a esta temática, o que representa 1,07% do número integral das publicações.

REVISTA MOTRIZ

Por meio da análise da página web da Revista Motriz, e tendo em vista as oportunidades de acesso às edições deste periódico, pôde-se constatar que esta revista apresenta mil cento e trinta (1.130) estudos, divulgados entre 1995 e 2018, e que estão sistematizados em vinte e quatro (24) volumes e setenta e sete (77) números.

Deste modo, dos duzentos e quatro (204) trabalhos divulgados anteriormente a promulgação da lei nº 10.639/03, um (1) apresentou vínculos com aspectos étnicos – raciais, significando, então, 0,49% das produções avaliadas neste intervalo de tempo. De outra perspectiva, tendo em vista o número estudos expostos após a promulgação da lei nº 10.639/03, constatou-se que, dos novecentos e vinte e seis (926) trabalhos, oito (8) revelaram-se conectados a aspectos étnico – raciais, simbolizando, então, 0,86% dos estudos examinados neste período. Como resultado nota-se que, com o crescimento do número de estudos expostos após a promulgação desta lei, houve, sincronicamente, o crescimento na divulgação de trabalhos conectados à temática étnico – racial.

Contudo, dos mil cento e trinta (1.130) estudos já divulgados neste periódico, identificou-se nove (9) trabalhos conectados a aspectos étnico – raciais, o que representa 0,80% do número integral das publicações.

REVISTA MOVIMENTO

Por meio da avaliação da página web da Revista Movimento, e tendo em vista as oportunidades de acesso às edições deste periódico, pôde-se notar que esta revista apresenta mil e dezoito (1.018) estudos, divulgados entre 1994 e 2018, e que estão dispostos em vinte e quatro (24) volumes e setenta e cinco (75) números.

Deste modo, dos cento e setenta e um (171) trabalhos expostos anteriormente a promulgação da lei nº 10.639/03, três (3) revelaram-se conectados a temática étnico – racial, simbolizando, então, 1,75% das produções examinadas neste período. De outra perspectiva, tendo em vista o número estudos divulgados após a promulgação da lei nº 10.639/03, constatou-se que, dos oitocentos e quarenta e sete (847) trabalhos, vinte e dois (22) apresentaram vínculos com aspectos étnico – raciais, significando, então, 2,60% dos estudos avaliados neste intervalo de tempo. Portanto, nota-se que, com o crescimento do número de

estudos divulgados após a promulgação desta lei, sucedeu-se, sincronicamente, o crescimento na divulgação de trabalhos conectados à temática étnico – racial.

Contudo, dos mil e dezoito (1.018) estudos já expostos neste periódico, pôde-se identificar vinte e cinco (25) trabalhos conectados a aspectos étnico - raciais, o que representa 2,46% do número integral das publicações.

AValiação DOS ESTUDOS PUBLICADOS NAS REVISTAS EXAMINADAS

Por meio da avaliação das páginas web das quatro revistas examinadas no presente trabalho, e tendo em vista as oportunidades de acesso às edições destes periódicos, pôde-se constatar que, de modo conjunto, estas revistas apresentam seiscentos e dois (602) estudos divulgados anteriormente à promulgação da lei nº 10.639/03. Do mesmo modo, pôde-se constatar também que, destes seiscentos e dois (602) estudos, dez (10) revelaram-se conectados à temática étnico – racial, o que representa 1,66% destes trabalhos e, paralelamente, revela a escassez no número publicações vinculadas à esta temática neste período.

De outra perspectiva, tendo em vista o número estudos divulgados após a promulgação da lei nº 10.639/03, constatou-se que, coletivamente, estas revistas apresentam três mil cento e nove (3.109) publicações. Entres estas publicações, pôde-se identificar quarenta e um (41) trabalhos conectados a aspectos étnico – raciais, o que simboliza 1,31% destes estudos. Deste modo constatou-se, também, o crescimento no número de trabalhos expostos neste intervalo de tempo e, sincronicamente, na maioria absoluta dos periódicos examinados, o crescimento no número de estudos conectados a aspectos étnico – raciais. Entretanto, mesmo com este crescimento, pôde-se identificar, também, a ausência do debate destes aspectos neste período.

Contudo, dos três mil setecentos e onze (3.711) trabalhos avaliados antes e após a promulgação da lei nº 10.639/03, identificou-se cinquenta e um (51) estudos conectados à temática étnico – racial, o que representa 1,37% do número integral de trabalhos divulgados nas revistas examinadas. Nota-se, então, que com o crescimento do número de trabalhos expostos, houve, também, o crescimento na divulgação de trabalhos conectados à temática étnico – racial. No entanto, apesar deste crescimento, e tendo em vista o número insuficiente de publicações conectadas a temática étnico – racial, nota-se que a promulgação da lei nº 10.639/03 não está incitando debates acerca da história e da cultura de africanos e de afro-brasileiros.

Segundo Bins (2014), a existência da lei nº 10.639/03 não assegura a sua execução. As reflexões conectadas à história e à cultura de africanos e de afro – brasileiros limitam-se a determinadas datas comemorativas e, como resultado, interferem negativamente no entendimento desta temática pelos estudantes (SOARES, 2015). Torna-se imprescindível, então, progredir no debate desta lei, visto que para a superação de conceitos, para a restauração de culturas e para o enfrentamento de preconceitos precisa-se trabalhar, em especial, de modo interdisciplinar (MOREIRA; SILVA; DOMINGUES, 2008).

Deste modo, pelo reconhecimento da significância da cultura popular, os educadores e as educadoras, inclusive os docentes de Educação Física, podem desempenhar trabalhos conectados a temática étnico – racial (SILVA, 2010). Entretanto, muitos destes sujeitos admitem não trabalhar com estes aspectos devido às limitações na formação (BINS, 2014). Em vista disso nota-se, então, o valor de trabalhos que proporcionem orientações a respeito destes conteúdos (SOARES, 2017).

CONCLUSÕES

Tendo em vista que o presente trabalho pretendeu examinar, quantitativamente, as conexões entre a Educação Física e os aspectos étnico-raciais a partir das publicações de revistas acadêmicas nacionais da área e, também, os impactos da lei nº 10.639/03 nestes

estudos, constatou-se que dos cinquenta e um (51) trabalhos que mostraram-se conectados a temática étnico – racial, e que foram publicados antes e após a promulgação desta lei, quarenta e um (41) foram divulgados posteriormente a promulgação da lei nº 10.639/03, o que representa 80,39% do número de trabalhos conectados a estes aspectos. Nota-se, então, a significância da promulgação da lei nº 10.639/03 para o crescimento no número de publicações conectadas a temática étnico – racial. No entanto, tendo em vista que avaliou-se três mil setecentos e onze (3.711) estudos no total, nota-se, também, a insuficiência da divulgação de estudos conectados a estes aspectos, especialmente após a promulgação da lei nº 10.639/03, visto que estes quarenta e um (41) trabalhos representam 1,10% do número integral de estudos examinados.

Deste modo, por meio da avaliação da lei nº 10.639/03, pode-se constatar que esta lei não contempla o Ensino Superior, o que delimita a sua execução, já que especialmente neste estágio da educação produz-se conhecimentos científicos. Como resultado, a escassez de trabalhos científicos conectados à temática étnico – racial denuncia a desvalorização desta lei, inclusive nos demais estágios de ensino.

Em vista disso, sobretudo na educação, torna-se imprescindível atentar-se à maneira com que os conhecimentos são compartilhados, para que determinadas informações não sejam propagadas apenas de perspectivas negativas, como no caso da história e da cultura de africanos e de afro – brasileiros.

Contudo, certamente o presente trabalho apresenta limitações, e estas limitações podem ser identificadas, inclusive, na restrição da análise de alguns periódicos da Educação Física. Em vista disso, em estudos futuros pode-se avaliar as demais revistas desta área, o que poderia, inclusive, viabilizar a generalização dos resultados.

REFERÊNCIAS

BINS, Gabriela Nobre. Mojuodara: a educação física e as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino de Porto Alegre. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 08 de mar. 2018.

BRITTO, Iris de França; CAETANO, Wagner Aparecido; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. CAPOEIRA E ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: ANÁLISE DO MATERIAL DO ALUNO–CICLO II. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2015. p. 49-61.

CITTA, Letícia Queiroz et al. CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS CADERNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2015. p. 92-105.

DE JESUS MOREIRA, Anália; DE PAULA SILVA, Maria Cecília; DOMINGUES, Soraya Correia. A LEI Nº 10.639/03 E O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES DIDÁTICO-METODOLÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL. 2008.

DA PAIXÃO, Herbert Clermont. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ESTABELECIDOS E OUTSIDERS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS. 2009.

DOS REIS, Maria da Conceição. O PROCESSO CIVILIZADOR NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA. 2009.

SILVA, Igor Fangueiro da. A educação física e as danças populares brasileiras de matriz africana e indígena: reflexões sobre as leis 11.645 e 10.639. 2010.

SOARES, Dandara de Carvalho. A temática afro brasileira no contexto da Educação Física escolar. 2015.

SOARES, Dandara de Carvalho. As relações étnico-raciais e as TIC na educação física escolar: possibilidades para o ensino médio a partir do currículo do estado de São Paulo. 2017.

Matheus do Nascimento Batista (1); Adriana Inês de Paula (4)

(1) *Universidade Federal do Paraná. batistanmatheus@gmail.com*

(4) *Universidade Federal do Paraná. dripaula9@hotmail.com*